

UNIVERSIDADE TIRADENTES

HOZANA DAS DORES FRANÇA DE OLIVEIRA SILVA  
JÉSSICA RODRIGUES

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NA UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS  
PROPRIÁ/SE:  
AVANÇOS E DESAFIOS

PROPRIÁ/SE  
2012

HOZANA DAS DORES FRANÇA DE OLIVEIRA SILVA  
JÉSSICA RODRIGUES

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NA UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS  
PROPRIÁ/SE:  
AVANÇOS E DESAFIOS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes UNIT, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a):  
Prof. Esp. Sandra Regina O. Passos de Bragança Ferro

PROPRIÁ/SE  
2012

S586f Silva, Hozana das Dores França de Oliveira  
A formação profissional do assistente social na universidade Tiradentes  
Campos Propria/Se: avanços e desafios. / Hozana das Dores França de Oliveira  
Silva, Jessica Rodrigues; orientadora: Sandra Regina O. Passos de Bragança  
Ferro. – Propria/Se, 2012.

59 p.: il.

Inclui bibliografia.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social). – Universidade Tiradentes, 2012.

1. Formação profissional. 2. Serviço social. 3. Ensino superior privado.  
I. Rodrigues, Jessica. II. Ferro, Sandra Regina O. Passos de Bragança. (orient.).  
III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 36:378.147

HOZANA DAS DORES FRANÇA DE OLIVEIRA SILVA  
JÉSSICA RODRIGUES

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA  
UNIVERSIDADE TIRADENTES CAMPUS PROPRIÁ/SE:  
AVANÇOS E DESAFIOS.

Monografia apresentada ao Curso de  
Serviço Social da Universidade  
Tiradentes UNIT, como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
bacharel em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.  
Banca examinadora

---

Prof. Esp. Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro  
Universidade Tiradentes

---

Prof. Msc. Nelmiros Ferreira da Silva  
Universidade Tiradentes

---

Prof. Esp. Lenalda Vieira Santos Moraes  
Universidade Tiradentes

A Deus, fonte de fé e força.

Aos nossos pais, pelo apoio e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

“Em Deus se encontra a sabedoria, o conhecimento e a ciência da lei”. (Eclesiástico 11: 15). Por isso “Eu vos louvarei, Senhor, de todo o coração, todas as vossas maravilhas narrarei” (Salmo9:2), por ter me dado a oportunidade de realizar coisas que nem fui capaz de sonhar de tão grandiosas que são.

Agradeço a minha mãe que tanto se preocupou, a minha avó por suas orações, a minha amada irmã, e a minha princesa Haniélly por toda sua ajuda, obrigada por me apoiarem, principalmente nessa reta final da minha formação.

A minha amiga e companheira de pesquisas Jessica Rodrigues, que foi meu braço direito desde o primeiro período. Nesse momento me recordo de quantas discussões, mas principalmente dos momentos de alegrias pelas ótimas notas e pelos “grandes debates” e “análises teóricas” que tratamos nos corredores da Unit.

Aos guerreiros, companheiros de sala de aula, por todos os momentos que passamos juntos durante esses anos. Aos docentes que extraíram o melhor de cada um, nos transformando em verdadeiros lutadores das causas sociais.

A minha coordenadora e amiga Lenalda Moraes, a minha orientadora Sandra e sua bebezinha ainda no ventre Vitória, e a Prof.<sup>a</sup> Msc. Nelmires pela sua relevante contribuição em nosso trabalho. Essas são pessoas que admiro pela inteligência, caráter e pela postura profissional.

Dedico esse parágrafo a pessoas torceram por mim desde o início: Mariza Marques, Tia Darlene, a Minha comadre Jociene, ao amigo Janderson, e a tantos outros que carrego em meu coração, a minha sincera gratidão.

Por fim, agradeço imensamente a duas pessoas de forma muito especial pelo apoio e colaboração na minha graduação: ao Deputado Antônio dos Santos e ao Vereador João Andrade dos Santos, que o Senhor Deus lhe pague todo bem que tem me feito.

**Hozana das Dores França de Oliveira Silva**

## AGRADECIMENTOS

“Toda boa dádiva e todo dom perfeito são de lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança” (Tiago 1:17) é por isso que primeiramente dou graças ao meu Deus e a Seu Filho Jesus por estar ao meu lado me guiando para conquista desse sonho: o título de Bacharel em Serviço Social.

Quero agradecer especialmente a minha mãe e meu pai pela paciência e compreensão nos meus momentos de estudo; pelos conselhos, força e puxões de orelha nos momentos de desânimo e quase desistência. Obrigada! Vocês são os motivos que me fazem querer lutar e vencer na vida. Amo vocês!

Agradeço imensamente a minha amiga e companheira de estudos, trabalhos e pesquisas, Hozana das Dores França de Oliveira Silva, por sua paciência nos meus momentos de estresse e chateação (risos). Você alguém especial amiga! Nossa amizade ficará pra sempre, porque se consolidou em momentos de luta, dor, cansaço, que se transformaram em possibilidade de vitória e realização. Amo você! Digo isso sempre!

Quero deixar registrado aqui o meu sincero agradecimento a Anilton Dantas, meu patrão, que tanto foi compreensivo e me apoiou nos momentos em que mais precisei. Homem descente, honesto e sensível as necessidades dos outros. Raridade na nossa sociedade. Agradeço também a Jania Almeida Germano, pelas conversas, incentivos e em muitas ocasiões, conselhos. Muito obrigada! Vocês são especiais pra mim!

Como não poderia deixar de ser, agradeço a minha coordenadora professora Lenalda Moraes a quem chamo de Lene (risos) pelo apoio nas ocasiões das pesquisas, eventos, produções acadêmicas e auxílio, inclusive por telefone nos finais de semana. (risos) Admiro



demais essa profissional jovem, competente, compromissada e que sabe onde quer chegar.

Muito obrigada!

A Prof. orientadora deste trabalho Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro pelas orientações e incentivos. A Prof. Msc. Nelmiere Ferreira, por sua simplicidade e relevante contribuição neste trabalho. São profissionais que admiro muito e me espelho pela sua coerência profissional e compromisso com a formação.

Ressalto que esta graduação é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada profissional, com a benção de Deus e o apoio das pessoas mais lindas que eu podia conhecer: companheiros de sala de aula, professores da Universidade Tiradentes que fizeram parte da minha formação, amigos e irmãos da Igreja Batista Renovada em Propriá/SE.

A todos meu muito obrigada!

*“Agrada-te do Senhor, e Ele satisfará os desejos do teu coração. Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nEle, e o mais Ele fará”. (Salmos 37:3 e 4)*

**Jéssica Rodrigues**

Mas se o real cria e repõe permanentemente desafios e formas de luta, assegura, também, renovadas possibilidades. Aí reside a “astúcia da história”!

Maria Lúcia Silva Barroco

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar aspectos relacionados à Formação Profissional do Assistente Social na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE, tema ainda pouco debatido e pesquisado na graduação. A análise partiu de um resgate teórico sobre os fundamentos do Serviço Social, perpassou pelos primeiros ensaios com a teoria social marxista e chegou até a intenção de ruptura com hegemonia conservadora que originou o atual Projeto Ético Político defendido pela categoria. Compreendendo como se estruturou a formação acadêmica desde as primeiras escolas de Serviço Social implantadas no Brasil até o atual contexto de privatização do ensino superior. O foco foi a formação em Serviço Social no atual contexto em que o capitalismo avança de forma avassaladora e impõe cotidianamente enormes desafios para os profissionais frente a um Estado Neoliberal. Metodologicamente, foi necessária a realização de um amplo e profundo estudo da literatura do Serviço Social e das legislações que norteiam a formação e a profissionalização do assistente social. Posteriormente, partindo de dados secundários foram coletados e analisados dados referentes a Projetos de Extensão, Estágio Supervisionado, a análise fundamentou-se na literatura estudada. Dentre outros resultados, foi possível analisar que a proposta de formação profissional em Serviço Social foi construída historicamente pela categoria através de grandes embates, e na contemporaneidade apesar dos grandes avanços como a construção das Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social/96 ainda existem desafios relacionados à formação profissional, principalmente no contexto de expansão do Ensino Superior Privado. O quadro de mercantilização da educação, crescimento da Educação a distância (EaD), oferta de formação aligeirada, sem apreensão crítica, voltada para atender a lógica mercantil, concepções fragmentadas sobre o que é o Serviço Social, posturas profissionais

descompassadas com os referenciais da categoria, compõe os desafios postos para a formação em Serviço Social. Esses desafios referem-se a necessidade de fortalecimento das bases teórico metodológicas construídas historicamente pela categoria, reafirmação constante dos valores e princípios do Código de Ética Profissional/96 e do Projeto Ético Político que fundamentam o pensar, o intervir e orientam os profissionais para os embates cotidianos, limites e possibilidades do exercício profissional, dentro da divisão sócio técnica do trabalho e na dinâmica das relações sociais na qual o Serviço Social ganha significado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação profissional; Serviço Social; Ensino Superior Privado.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze aspects related to the Vocational Training of Social Work at the Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE, a subject still little discussed and researched at graduation. The analysis was based on a theoretical on the fundamentals of Social Service, pervaded by the first tests with the marxist social theory and came to the intention to break with conservative hegemony that originated the current project championed by the Ethical Political category. Understanding how to structured academic education since the first schools of social work established in Brazil until the current context of privatization of higher education. The focus was on training in social work in the current context in which capitalism progresses so overwhelming and requires enormous daily challenges for professionals in front of a Neoliberal State. Methodologically, it was necessary to carry out a broad and deep study of the literature of social work and of the laws that govern the training and professionalization of social workers. Subsequently, based on secondary data were collected and analyzed data from Project Outreach, Supervised Internship, the analysis was based on the literature studied. Among other results, it was possible to analyze the proposed training in Social Work was historically built by category through great struggles, and contemporary despite major advances such as the construction of the General Guidelines for Service Courses Social/96 challenges remain related to vocational training, especially in the context of expansion of Private Higher Education. The framework for commercialization of education, growth of distance education (DE), providing training lightly, without critical apprehension, geared to meet the commercial logic, fragmented conceptions about what is social work, professional attitudes disproportionate with the category benchmarks , makes up the challenges posed for training in social work. These challenges are the need for strengthening of the theoretical

methodology by historically constructed category, constant reaffirmation of the values and principles of the Code of Ethics and Project Professional/96 Ethical Political underlying thinking, and action oriented professionals for the conflicts daily, limits and possibilities of professional practice, within the technical division of labor and social dynamics of social relations in which the Social Work takes on meaning.

**KEYWORDS:** Vocational training, Social Service, Private Higher Education.

# LISTAS

## LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
- CAEPSS – Centro de Atendimento, Estudos e Pesquisa em Serviço Social
- CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Internacional de Serviços Sociais
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
- CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
- CEP – Código de Ética Profissional
- CF – Constituição Federal
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
- CONSAD – Conselho Superior de Administração
- DC – Desenvolvimento de Comunidade
- EaD – Educação a Distância
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- MEC – Ministério da Educação
- PPC – Projeto Pedagógico do Curso
- SESU – Secretaria de Educação Superior
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UNIT – Universidade Tiradentes
- CRASS – Centro de Referência de Assistência Social
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Evolução do Número de Cursos no Brasil de 1991 a 1999.....	42
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico1:</b> Expansão do Ensino Superior no Brasil.....	43
<b>Gráfico2:</b> Áreas Temáticas dos Projetos de Extensão desenvolvidos entre 2007 e 2012.1.....	50
<b>Gráfico3:</b> Quantitativo de Estágios Supervisionados por cidade.....	52
<b>Gráfico4:</b> Linhas de pesquisa mais utilizados no TCC.....	54



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. PANORAMA HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUA GÊNESE, PROFISSIONALIZAÇÃO E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1– A gênese do Serviço Social.....	14
2.2– Profissionalização do Serviço Social no Brasil.....	16
2.3– Dos primeiros ensaios críticos do Movimento de Reconceituação ao Currículo Mínimo de 1982.....	20
<b>3. A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>23</b>
3.1– Análise de conjuntura - revisão curricular de 1993 e 1996.....	23
3.2- Projeto Ético Político da categoria.....	28
3.3- Código de Ética de 1993.....	34
<b>4. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UNIT– CAMPUS PROPRIÁ/SE.....</b>	<b>40</b>
4.1– Expansão do Ensino Superior privado no Brasil.....	40
4.2 – Expansão do Ensino, na particularidade da Unit.....	46
4.3 – Análise da formação profissional na Unit/Propriá de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.....	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A formação do assistente social na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE: Avanços e desafios” objetiva analisar a formação que está sendo oferecida no Curso de Serviço Social na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE, numa perspectiva que possibilite visualizar a articulação dos princípios norteadores das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1996 (ABEPSS).

Para compreender a formação profissional em Serviço Social é preciso situar a profissão, isso significa analisar o contexto econômico, social e político que a impulsionou e considerar que a mesma foi construída e ganha sentido na dinâmica das relações sociais na sociedade.

Nesse direcionamento, a pesquisa traz um esboço histórico da gênese, institucionalização e expansão do ensino em Serviço Social. Bem como, analisa historicamente a construção do projeto ético político da categoria, do Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares que norteiam todos os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social no Brasil.

O currículo atual, de 1996, foi construído através de debates da categoria profissional acerca da formação e exercício profissional na contemporaneidade. No entanto, é necessário entender quais as mudanças na formação profissional visualizadas após aprovação desse currículo. Esses aspectos só podem ser analisados após pesquisa histórica e atual do quadro de formação do assistente social.

Para ser assistente social, atualmente, é necessário ter uma formação teórica, técnica e ética, de acordo com Lei 8.662/93 que exige dos agentes profissionais para o livre exercício da profissão “diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País” e ainda “registro nos

Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação.” (Lei 8.662/93, Art 2º, Inciso II e Parágrafo Único)

Por se tratar de uma profissão que lida com o ser humano e suas relações dentro da sociedade, tem como fundamento normativo e valorativo um Código de Ética Profissional – CEP – que apresenta “novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CEP/93 p.1). Não obstante, para que a totalidade das atribuições desse profissional e sua produção material e espiritual sejam alcançadas faz-se necessário uma formação profissional de qualidade.

Diante da dinâmica da formação profissional, a presente pesquisa é fruto de inquietações geradas durante a formação profissional em Serviço Social, e emergiu da necessidade de melhor compreender o Curso de Serviço Social na Universidade Tiradentes no Campus Propriá/SE. Consistindo, assim, num importante instrumento de conhecimento do Curso nesse Campus, seus avanços e desafios estruturais e metodológicos no contexto da formação acadêmica.

A referente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE e o tipo de pesquisa adotada foi a bibliográfica e a documental. O cunho bibliográfico se aplicou nas pesquisas realizadas para fundamentação e compreensão da realidade histórica e teórica sobre o Serviço Social e a realidade da formação profissional no contexto do ensino superior privado. A pesquisa documental se deu para estudar as legislações que constituem a base legal do Serviço Social, bem como para analisar numa perspectiva comparativa, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social e a estrutura curricular do referido curso na universidade lócus deste estudo.

Os dados coletados foram analisados dentro das categorias trabalhadas nesta pesquisa – Formação Profissional em Serviço Social e Diretrizes Curriculares- destaca-se que a

abordagem realizada foi quanti-qualitativa por possibilitar análise mais profunda, numa perspectiva de caracterizar os dados coletados.

Através do enfoque dialético, a análise se deu numa perspectiva histórica e crítica, considerando a dinâmica da sociedade e as contradições presentes no interior do ensino privado, buscando situar como está sendo ofertado o Curso de Serviço Social na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE ao longo dos anos.

Para fins didáticos este trabalho está estruturado em 3 (três) capítulos. O primeiro trata da origem, institucionalização e do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Pois, considerando que a profissão se gesta na dinâmica da sociedade foi necessário traçar uma análise histórica dos pontos acima citados.

O segundo capítulo direciona-se numa perspectiva de discussão acerca da formação profissional contemporânea. Aborda, para isso, a revisão curricular de 1993 e 1996, a construção do Projeto Ético Político da profissão e o Código de Ética de 1996, destacando e situando a formação profissional, sua relevância e perspectivas contemporâneas num contexto de sociedade capitalista.

O terceiro capítulo objetiva situar a Unit no contexto de Estado neoliberal e expansão do ensino superior privado, desvelando os avanços e desafios referentes a formação profissional em Serviço Social na Unit-Propriá e sua importância para região, debatendo sobre o compromisso e direcionamento que deve fundamentar esta formação inserida na lógica do mercado e seus rebatimentos. Este capítulo finaliza com uma análise comparativa da realidade do Curso de Serviço Social no campus lócus da pesquisa com o patamar estabelecido nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (1996).

Considerando o exposto, a pesquisa será importante por possibilitar, dentro da discussão acerca da profissão, o repensar da formação e do fazer profissional numa perspectiva de

fortalecer o projeto ético do Serviço Social, no que tange ao compromisso de atuar junto as classes subalternas e na busca por universalidade dos direitos, equidade e justiça social.

Além disso, a relevância desse trabalho está em sua originalidade, pois a análise da formação profissional oferecida na Universidade Tiradentes Campus Propriá/SE nunca foi realizada numa perspectiva de compreender o Curso historicamente, e se a mesmo está calcada nas diretrizes curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Ressalta-se ainda que este estudo representa uma oportunidade de melhor compreender e avaliar a realidade da formação que está sendo oferecida na Unit-Propriá. Destarte, os resultados da pesquisa poderão interessar aos próprios discentes e docentes; à Universidade objeto de estudo e a todos que se interessam pelo tema formação profissional em Serviço Social.

## **2. PANORAMA HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA GÊNESE, PROFISSIONALIZAÇÃO E DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO**

### **2.1. A gênese do Serviço Social**

Explicar a origem do Serviço Social implica em analisar as diferentes teses que ao longo dos anos são apresentadas sobre o surgimento dessa profissão. Entender os fundamentos e o significado social da mesma torna-se necessário considerando as novas requisições das instituições empregadoras e as diferentes demandas apresentadas na contemporaneidade para o profissional do Serviço Social.

Segundo Montaña (2009), existem duas vertentes antagônicas que tentam explicar o surgimento do Serviço Social, tal embate, de acordo com ele, “constituem em teses alternativas e mutuamente excludentes” que interpretam de modo diferente e contrário o surgimento da profissão.

A primeira tese sustentada por autores considerados conservadores e tradicionais é conhecida como a evolução da caridade – a endogenista – “o Serviço Social é a profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia” (Montaña, 2009). Ou seja, o Serviço social surge como uma forma de sistematizar organizadamente as ações que já vinham sendo desenvolvidas pela própria Igreja e pelo Estado de forma voluntária e pessoal.

Nesta perspectiva a evolução do Serviço Social se difere da dinâmica histórica da própria sociedade sendo isolada uma da outra. O Estado dentro da relação de trabalho passa a assumir apenas uma postura de empregador, nessa dimensão de pensamento o Serviço Social não considera as lutas sociais e seus projetos tendo como base para seus estudos e ações as obras de Tomas de Aquino e Vicente de Paula. (MONTAÑO,2009)

Esta tese é bastante criticada pelos teóricos renovadores que baseados na teoria social de Marx, “entendem o assistente social como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sociotécnica do trabalho”(Montaño,2009. p. 30),assim defendem uma análise histórico-crítica da profissão que acompanha a dinâmica da própria sociedade, logo que o Serviço Social está diretamente ligado ao processo da produção e reprodução das relações sociais. (YAZBECK, 1999)

Compreende a profissão como fruto da dinâmica histórica da sociedade, e do antagonismo existente entre as classes sociais, indo além de todas as teorias da evolução da caridade como enfatiza Iamamoto e Carvalho (2009):

O significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009.p.71)

É nesta perspectiva, situando a profissão na dinâmica das relações sociais e enfatizando o seu significado social, que se busca analisar a formação profissional que este profissional do Serviço Social tem recebido para que seja capaz de cumprir e exercer suas atribuições e competências de forma legítima, e coerente com os fundamentos da profissão construídos historicamente e visíveis nas dimensões do seu processo de trabalho.

## 2.2. Profissionalização do Serviço Social no Brasil

No Brasil, o Serviço Social está em desenvolvimento a mais de setenta anos, e é considerada uma profissão madura e consolidada nacionalmente. É oriundo de uma construção coletiva de muitas gerações de assistentes sociais, sendo atualmente o maior colegiado da América Latina – com mais de 70 mil profissionais. (YAZBEK et al, 2008)

Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama das relações que constituem a vida social e particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas etc). Estas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática do assistente social. Portanto, buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. (YAZBEK, 2004. p. 13)

Em sua origem o Serviço Social esteve atrelado ao ideário da Igreja Católica, e a necessidade do Estado e do empresariado de enfrentar a questão social emergente na sociedade industrializada. É essa questão social e suas expressões que constituem a matéria-prima do Serviço Social, justificando o espaço da profissão na divisão social e técnica do trabalho, e compondo o quadro de condições propícias à profissionalização do Serviço Social.(YAZBEK et al, 2008)

Ainda segundo autoras, Yazbek, (et al, 2008) é nos termos do Estado brasileiro desenvolvendo ações controladoras da questão social, entendida como problema de administração, e no contexto de expansão de políticas sociais em contrapartida da expansão do capital monopolista que surgem as primeiras instituições responsáveis pela construção do perfil do profissional do Serviço Social e pela manutenção das primeiras escolas e estudos da profissão.



É criado, em 1932, na cidade de São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que fundou e manteve, posteriormente, a primeira Escola de Serviço Social no Brasil. O CEAS tendo como objetivo difundir a doutrina e a ação social da Igreja mantinha-se com as mensalidades das sócias, não se limitava a debater teoricamente os problemas sociais, mas realizava visitas a instituições, obras sociais e criou centros operários em São Paulo, ainda no mesmo ano, que serviriam mais tarde como campo de estágio para as primeiras alunas da Escola de Serviço Social.

Em 1936, no dia 15 de fevereiro, é inaugurada a Escola de Serviço Social de São Paulo, com visão francesa e belga pela qual analisa a “adaptação do indivíduo no meio e do meio ao indivíduo numa perspectiva de restauração e normalização da vida social”. A profissão nesse momento, ainda comprimida pela Igreja Católica, possui um enfoque na sua grade curricular psicologizante e moralizador tendo como centro o indivíduo e a família. O Serviço Social atua numa perspectiva de integração dos valores e comportamentos desses indivíduos ao conjunto de relações que compõem a emergente sociedade do capital. (YAZBEK et al, 2008)

Ainda segundo Yazbek (et al, 2008) em 1938 foi implantado o primeiro curso voltado para formação de assistentes sociais masculinos que visava formar diretores especializados em desenvolver atividades no interior do Estado, visto que as mulheres não poderiam realizar esse tipo de atividade profissional externa.

Na década de 1940 há um aumento na implantação das Escolas de Serviço Social no Brasil que segue as bases das primeiras escolas que são voltadas para *a formação técnica especializada*, entretanto o número de profissionais formados por essas escolas não ultrapassam o número de 300, sendo insuficientes para as demandas emergentes. Assim intensificou-se o número de bolsas de estudos mantidos pelo Estado e por grandes instituições

no intuito de incentivar a formação de assistentes sociais. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009)

Com o Serviço Social implantado na Indústria em 1940 e posteriormente da LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942<sup>1</sup>, a profissão é chamada a intervir nas relações do processo de reprodução das relações sociais dentro do sistema capitalista. Ganhando assim legitimidade dentro das relações da contradição do trabalho, através da portaria nº. 35 de 19/04/49 a profissão é reconhecida pelo Ministério do Trabalho.(YAZBECK, 1999)

Conforme Silva e Silva (2002), a partir da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, é implantado o desenvolvimentismo nacional, e se intensifica no governo João Goulart em que algumas organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) buscam estratégias para integrar as comunidades ao projeto de desenvolvimento do país. Nesse momento os profissionais de serviço social são requisitados para execução de programas chamados de Desenvolvimento de Comunidade (DC), cujo objetivo era difundir a ideologia de que a sociedade era harmônica e que todos deveriam trabalhar para o bem comum, gerando assim o progresso da comunidade e sucessivamente do país. Respondendo prioritariamente aos interesses da classe burguesa.

Sobre a profissão nesse contexto, outros autores ainda escrevem:

Assim nos anos de 1950-60 deram novo salto quantitativo e qualitativo ao Serviço social; aumento do número de escola; interiorização para as prefeituras de cidades pequenas e médias; abertura para o campo industrial; incorporação de novas funções, como coordenação, planejamento e administração de programas sociais o que revela o alcance de maior sistematização teórica e técnica. (YAZBEK et al, 2008.p. 16)

Destarte, diante das novas demandas apresentadas dentro da relação capital-trabalho, e das ações que buscam o desenvolvimento do país, há uma crescente demanda por profissionais especializados para atuar em vários campos, como no Estado e no setor privado

---

<sup>1</sup>LBA - (Legião Brasileira de Assistência) criada em 1942 que após a 2ª guerra “com ação no âmbito da filantropia e da benemerência caracterizada por ações assistencialista e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos a miséria”. (Yazbek, 1999)

para desenvolver ações diversas buscando-se legitimar o sistema capitalista amenizando as mazelas causadas por esse sistema avassalador. É importante ressaltar que apesar do aumento do campo de trabalho para esses profissionais uma parte da categoria começa a questionar o modo como a questão social vinha sendo tratada, surgindo às primeiras inquietações sobre os métodos que até então era desenvolvidos pelo Serviço Social.

É principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo que os profissionais de Serviço Social serão requisitados para trabalhar tanto no setor Privado como no Governo. Entretanto, devido ao pequeno número de assistentes sociais diplomados são poucas as áreas de atuação, mas há diversidade nos serviços.(IAMAMOTO E CARVALHO, 2009)

Conforme Iamamoto e Carvalho (2009) as ações desenvolvidas tanto nas Empresas Privadas como na “Empresa Nacional” eram de cunho sócioeducativo que através do tratamento de casos individuais visava dar formação moral, formação doméstica, curso de formação profissional como também promoviam trabalhos com crianças em creches cujas mães necessitavam trabalhar. Ainda no campo da “Assistência Judiciária” tratava da situação dos menores em situação irregular que estavam sobre responsabilidade da Vara de Menores. Essas ações sempre objetivaram o enquadramento do indivíduo na sociedade ao tempo em que buscava legitimar o poder do Estado e o Sistema Capitalista.

## 2.3 – Dos primeiros ensaios do Movimento de Reconceituação ao Currículo Mínimo de 1982

A partir da década de 60 o Serviço Social começa a se inserir em novos campos de atuação e a diversidade de serviços e atribuições leva a alguns profissionais a questionarem suas ações dentro da sua prática profissional.

Os questionamentos se estendem até a época da ditadura militar (1964 -1985) momento em que, de acordo com Silva e Silva (2002) mais especificamente entre 1969 e 1974, período mais rígido da ditadura, há uma diminuição dos avanços críticos da profissão que fica fadada as execuções de políticas sociais e dos programas do Estado, grande interventor e empresário dessa época do Brasil.

Nessa conjuntura, dentro do modelo econômico e político adotado há um aumento da política social e o assistente social assume o papel de operacionalizar essas políticas e os programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). Essa tendência da política social impõe algumas mudanças na prática profissional do assistente social que assume uma perspectiva moderna buscando um avanço técnico para assumir eficientemente uma ação profissional adequada. Identifica-se nesse momento, por alguns autores, o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. (SILVA E SILVA, 2002)

Seguindo a lógica de que a formação profissional acompanha o contexto e a dinâmica da sociedade, exemplificando isso, ainda segundo Silva e Silva (2002), no que se refere a formação profissional nesse contexto, analisa-se que:

A formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e administração passam a desempenhar papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais. (SILVA E SILVA, 2002. p 34)

É nesse primeiro momento que acontecem os encontros para debater a profissão com toda a categoria, organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Internacional de Serviços Sociais (CBCISS). Foram cinco encontros, denominados seminários de teorização que aconteceram respectivamente em Araxá-MG (março de 1967), Teresópolis-RJ (janeiro de 1970), Sumaré-SP (novembro de 1978), Alto da Boa Vista-RJ (novembro de 1984) e Rio de Janeiro-RJ (junho de 1989). (NETTO, 2007).

Esse debate acerca dos rumos da profissão ganha bastante força na década de 1970 e fica reconhecido definitivamente como Movimento de Reconceituação:

[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social. (SILVA E SILVA, 2002, p. 72)

A partir desse movimento o Serviço Social começa a traçar alguns esboços que buscam prioritariamente dar uma identidade própria a profissão no Brasil; e a buscar formas de enfrentamento das expressões da questão social que possibilitassem dar respostas concretas as classes minoritárias, intencionando romper com a hegemonia tradicional-conservadora da profissão, onde o sujeito era que deveria se adaptar ao meio e o assistente social deveria apenas executar os programas propostos segundo o pensar da classe burguesa.

Esse processo de construção da profissão, segundo Netto (2007) também vai influenciar a formação do profissional de Serviço Social tanto no modo teórico-metodológico, como com o aumento das universidades e faculdades que ofertam vagas para Serviço Social, sendo que em 1976 o curso encontra-se implantado em todo país.

Dentro do amplo debate desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social são defendidas três vertentes: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de

Ruptura, que possibilita um salto qualitativo em toda a trajetória história e política da profissão. Com a intensificação dessa disputa, durante o III Congresso Nacional de Serviço Social em 1979 há uma queda da então diretoria conservadora da categoria.

De acordo com Silva e Silva (2002) a corrente Intenção de Ruptura se firma dentro do Serviço Social e adentra os anos 1980 a 90 com grandes debates teóricos e políticos visando dar uma nova roupagem a profissão, buscando novos métodos que permitissem compreender a totalidade social e suas manifestações de modo crítico.

Nesse processo de construção da formação profissional destaca-se a elaboração do currículo mínimo para o curso de Serviço Social aprovado em 1982 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que se torna obrigatório para todos os cursos de Serviço Social do Brasil. Além disso, é também em 1982 que a Pesquisa em Serviço Social é oficialmente reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e em 1986 tem-se a aprovação de um “novo” Código de Ética/1986. (SILVA E SILVA, 2002)

Vale destacar que apesar dos grandes avanços calcados tanto na formação do assistente social com reconhecimento da pesquisa e aprovação do novo currículo, como também o nos métodos e técnicas desenvolvidos pelos profissionais o Serviço Social ainda apresentava fortes traços conservadores.

### **3. A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

#### **3.1. Análise de conjuntura: Revisão Curricular de 1993 e 1996**

Numa perspectiva histórica da profissão do assistente social, compreender e intervir na realidade social frente às expressões da questão social requer um embasamento teórico, ético, político e metodológico sistematizado, num viés de ruptura com o conservadorismo e autonomia vislumbrando fazer valer o seu projeto profissional de defesa da classe trabalhadora. Isso significa que a formação profissional deve oferecer condições de leitura e intervenção crítica na realidade, e se necessário a mesma tem que ser revista e adequada para uma melhor formação do profissional e conseqüentemente atuação na realidade.

O percurso para sistematizar a formação profissional do assistente social foi marcado por mudanças e buscas para implantar e implementar um projeto profissional que conformasse com a direção da profissão, seu significado social e a sua apreensão crítica da realidade. Nesse sentido, com o processo de desresponsabilização do Estado no enfrentamento das mazelas sociais e a não efetivação da universalização dos direitos sociais garantidos na CF de 1988, são colocadas para o Serviço Social novas demandas que vão exigir desses profissionais novas técnicas.

Após a elaboração e aprovação do Código de Ética de 1993 e ainda fruto do Movimento de Reconceituação a categoria começa a pensar sobre a revisão do currículo mínimo de 1982. O debate crítico para reformulação desse currículo foi desenvolvido

coletivamente, entre 1994 e 1996, em mais de 200 oficinas locais em unidades de ensino filiadas a ABEPSS, 25 oficinas regionais e duas nacionais, e culminou na construção das Diretrizes Curriculares em 1996.

Sobre este marco na profissão a autora Konno (2005) afirma que

A reformulação do currículo de 1982, que culminou no currículo de 1996, representou um momento decisivo para pensar a formação profissional comprometida com um novo projeto ético-político, manifestando a ruptura com o conservadorismo. O movimento de reformulação busca construir uma proposta de formação profissional que forme profissionais aptos a responderem às demandas contemporâneas, que se constituem como consequência das mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteraram radicalmente a esfera da produção e do Estado tendo como consequência o agravamento das manifestações da “questão social”. (KONNO, 2005. p. 13)

Nesse sentido, anova estrutura curricular proposta nas Diretrizes Curriculares reflete o momento histórico da profissão e se projeta para o futuro, numa perspectiva de possibilitar e construir novos conhecimentos no decorrer da formação profissional do assistente social. Estabelecem para isso “um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade”.(DIRETRIZES CURRICULARES, 1996. P. 9)

Assim, a nova configuração da formação profissional do assistente social expressa nas Diretrizes Gerais para o curso de serviço social, dispõe dos princípios e diretrizes para essa formação, estabelecendo conhecimentos indissociáveis para a compreensão da realidade e intervenção crítica do profissional, especificando as disciplinas básicas e atividades indispensáveis para implementação desse currículo durante a formação do profissional.

De acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso (1996) os princípios que devem fundamentar a formação profissional são esses:



1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares -tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996. Princípios. p. 6)

Esses Princípios que orientam a formação profissional em Serviço Social, implicam na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996. Princípios. p. 7)

Compreendendo que a dinâmica da vida social estabelece os parâmetros para a inserção do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, a formação profissional deve

alcançar um padrão de qualidade que possibilite repensar o processo de trabalho num viés de criticidade, considerando que as mudanças nos padrões de acumulação de capital gestam as condições de reflexão/atuação do profissional do Serviço Social.

Desta forma, para estruturação do projeto de formação profissional as diretrizes curriculares estabelecem os Núcleos de Fundamentação, que são eixos articulares entre teoria e prática durante toda a formação do assistente social. Esses núcleos, de acordo com a proposta das Diretrizes Gerais, não são autônomos nem subseqüentes, apenas contêm, em níveis diferentes, os conteúdos necessários e indispensáveis para compreensão da realidade e do trabalho do profissional do Serviço Social. Os núcleos de fundamentação são esses:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social  
Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.  
Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.1996; p. 8)

Partindo da compreensão de que as matérias são expressões dos conhecimentos necessários para a formação profissional, nas Diretrizes também são propostas matérias básicas para o curso de Serviço Social, são essas:

Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, e Ética Profissional. Essas matérias podem desdobrar-se em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares de maneira a garantir a dinâmica do processo de formação. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996. Matérias Básicas. p. 14-18)

De maneira complementar a proposta para formação do curso de Serviço Social estabelece que a partir do desdobramento das matérias ao longo da estrutura curricular devem ser desenvolvidos o Estágio Supervisionado – momento de preparação para o exercício

profissional - e o Trabalho de Conclusão de Curso – síntese e expressão da formação profissional. Além disso, há também algumas observações e recomendações, são elas:

- a) Garantir carga horária mínima de 2.700 horas com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC;
- b) O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES;
- c) Na configuração dos currículos plenos dos cursos, as instituições poderão indicar mecanismo de aproveitamento ou reconhecimento de estudos realizados em cursos sequenciais, cursos de graduação e/ou pós-graduação já realizados pelo aluno;
- d) Garantir maior carga horária nas disciplinas de Serviço Social;
- e) Cursos diurno e noturno com o mesmo padrão de qualidade;
- f) Na definição dos currículos plenos deve se destinar parte da carga horária total para atividades complementares podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso;
- g) O estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso (2700 horas);
- h) As diretrizes curriculares constantes deste documento deverão ser implantadas imediatamente após a sua aprovação pelo MEC. O prazo para a conclusão da implantação deve ser de dois anos. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996. Observações e recomendações. p. 19-20)

Resultado de um amplo debate da categoria as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social representam um marco para consolidação do projeto ético político da profissão e uma resposta frente a necessidade de ler, interpretar e intervir na realidade social, no trato das expressões da questão social dentro da dinâmica das relações sociais e no contexto socioeconômico de expansão do capital e suas formas de exploração.

Essas diretrizes compõem a “base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Esta base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.” (Diretrizes Curriculares/96.p. 6). Ressalta-se que qualquer formação profissional fora do estabelecido a partir das diretrizes, representam uma negação e retrocesso histórico e político do que esta categoria conseguiu construir até hoje.

### 3.2. Projeto Ético Político da Categoria

Ao longo dos anos de construção da profissão do assistente social e dos debates acerca dela, há um duplo e contraditório movimento dentro da categoria: o primeiro remete à ruptura teórica e política com o traço conservador presente na origem da profissão; o segundo, contrário ao primeiro movimento, diz respeito ao fortalecimento de uma reação (neo)conservadora implícita ou explícita, que caracteriza-se pela negação do processo histórico, conflito entre classes e afirmação de posturas deterministas, fatalistas, messiânicas, voluntaristas, condensadas em uma prática esvaziada de historicidade. (IAMAMOTO, 2010)

No processo de recusa e crítica a essa reação conservadora encontra-se as raízes de um projeto profissional novo do Serviço Social, denominado Projeto Ético Político. Este tem história iniciada na década de 1970 à de 1980 arrastando-se até os dias de hoje, onde ainda se encontra em construção. (NETTO, 1999)

Considerando a relevância de se compreender categoricamente o projeto profissional, refletir sobre o mesmo supõe analisar articuladamente as condições que estabelecem o espaço sócio-histórico que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas que esses profissionais oferecem; e como eles analisam e se apropriam dos limites e das possibilidades da profissão no contexto sócio-histórico do qual fazem parte. (IAMAMOTO, 2010)

O cenário histórico de lutas para elaboração da Constituição de 1988 e defesa de um Estado de Direito tornou possível e revelou a necessidade de ampliar o movimento de Reconceituação do Serviço Social, que derivou em mudanças nos campos do ensino, pesquisa e da organização política dos assistentes sociais. É inegável o salto de qualidade que os assistentes sociais deram em sua presença política na sociedade e sua produção acadêmica nas

ultimas duas décadas. Com destaque para sua organização através das entidades representativas e de fomento dos debates da categoria, com ênfase a contracorrente ao traço conservador fundamento da origem e ainda insistente na profissão. (IAMAMOTO, 2010)

Após a constituinte de 1988 o país passa por profundas mudanças em seu cenário político e social, que repercutem diretamente dentro e fora do Serviço Social. Os direitos conquistados como vida, saúde, educação entre outros elencados na Constituição Federal (CF/88) - que sob um enfoque neoliberalista é considerada “inconstitucional” por reeditar o modelo intervencionista estatal que já se encontrava em decadência - não são efetivados pelo Estado.

Nesse contexto a perspectiva de universalização de direitos resume-se ao texto aprovado na CF/88, o que caracteriza um desrespeito as conquistas constitucionais. A Assistência Social, não é tratada enquanto política pública no governo de Itamar Franco, e centraliza-se através do Ministério do Bem-Estar-Social, na LBA e no Centro Brasileiro de Assistência para a Infância e Adolescência (CBIA). Há um esfriamento dos movimentos sociais e sindicatos que são chamados a colaborar com essa nova fase de crescimento do país, “logo que os direitos que reivindicavam já haviam sido assegurados”. (SILVA E SILVA, 2002)

Sobre esta conjuntura e o Serviço Social, Silva e Silva (2002) destaca que

Essa conjuntura se repercute no Serviço Social, estreitando o mercado de trabalho dos assistentes sociais, desvalorizando esses profissionais, no contexto do sucateamento do serviço público, ao mesmo tempo que demanda uma prática profissional, cada vez mais burocratizada pelas exigências impostas com a ampliação da seletividade dos usuários do serviço público no âmbito de restrição dos programas sociais. (SILVA E SILVA, 2002 p. 55).

Esse cenário, no entanto, se constitui um momento ímpar dentro da história do Serviço Social, que pensando no aprimoramento das respostas dadas as expressões da questão social intensifica o debate acerca do fazer profissional, passa a ter destaque nas agências de fomento

de todo país frutos de grandes pesquisas realizadas por profissionais e estudantes de Serviço Social, como também reforça as representatividades da categoria em vários segmentos do Estado e da Sociedade Civil buscando contribuir para afirmação e efetivação dos direitos adquiridos.(IAMAMOTO, 2010)

Construído num contexto de ascensão dos movimentos sociais o projeto do Serviço Social brasileiro de acordo com Iamamoto (2010) “é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado do País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital.” (IAMAMOTO, 2010. p. 223)

Todo o processo de luta e engajamento junto aos movimentos sociais, na busca de formas de romper com o conservadorismo e de criar uma identidade própria da profissão, serviram de alicerce para a construção do Projeto Ético Político Profissional que atinge seu maior patamar com a reformulação da Lei da Profissão<sup>2</sup> e consecutivamente com a construção das Novas Diretrizes Curriculares<sup>3</sup> para os cursos de Serviço Social. (IAMAMOTO, 2010)

Assim, a materialização do projeto de profissão se dá através do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta para as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). Essas legislações representam autonomia profissional, pois oferecem dimensões legais para o exercício da profissão, asseguram direitos e deveres dos profissionais, estabelecem o compromisso da categoria com a classe trabalhadora, indicam a direção social da profissão num contexto de capital monopolista e aumento das expressões da questão social.

---

<sup>2</sup>Lei 8662/93 que regulamenta a profissão.

<sup>3</sup> Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social – documento que contém a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, ocorrida em Londrina – PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982. (Diretrizes Curriculares/96- ABEPSS)

Acerca do Projeto Ético Político Profissional IAMAMOTO(2010) afirma que:

[...] o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: *o Código de Ética do Assistente Social (1993)*, *a Lei da Regulamentação da Profissão (1993)* e *as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica* (ABESS/CEDEPSS,1996, 1997a, 1997b; MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social,1999; MEC-SESU, 2001). (IAMAMOTO, 2010. p. 4)

Assim a categoria dispõe hoje de um Projeto Ético Político construído historicamente e coletivamente pela categoria que propicia um arcabouço teórico-metodológico que auxilia o profissional a ter uma leitura crítica do cotidiano que permeia as relações sociais numa sociedade capitalista, e conseqüentemente, fundamenta a intervenção desse profissional junto as demandas emergentes da classe trabalhadora.

Ao oferecer elementos que contribuam para a compreensão do projeto profissional do Serviço Social, NETTO (1999) afirma que os projetos profissionais

[...] apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições públicas e privadas. (NETTO, 1999, 95).

Nessa perspectiva o projeto do Serviço Social reconhece a liberdade, de escolhas concretas, como valor central; compromete-se com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais; repudia qualquer forma de preconceito e exploração de classe, etnia e gênero. Defende o pluralismo social e profissional; posiciona-se a favor da equidade e justiça social, numa perspectiva do acesso aos serviços, políticas e programas sociais; e é declaradamente democrático no que se refere a participação política e socialização da riqueza produzida socialmente. (NETTO, 1999)

Na dimensão estritamente profissional, o projeto explicita o compromisso com a competência e aperfeiçoamento intelectual, o que enfatiza uma formação acadêmica qualificada e continuada, com vistas a permanente preocupação investigativa da profissão. A qualidade dos serviços prestados à população é incluída como prioridade, juntamente com a participação dos usuários em decisões institucionais. No mais, o projeto profissional da categoria vislumbra a articulação com outras categorias que compartilhem de propostas semelhantes e que se solidarizam com a luta dos trabalhadores. (NETTO, 1999)

O projeto profissional do Serviço Social, não se trata da defesa corporativa de uma categoria, seus interesses e exclusividade, mas se trata de um projeto histórico e dotado de caráter ético-político, voltado para os interesses da coletividade, na busca por transformação e construção de uma sociedade que ultrapasse os determinismos econômicos e alcance meios de liberdade social. (IAMAMOTO, 2010)

O que se está a dizer é que o projeto profissional do Serviço Social está em oposição ao projeto de sociedade do capital, e as ações dos assistentes sociais reafirmarão ou não os princípios de igualdade, liberdade, democracia, pluralismo etc. que são estranhos a esse mundo. A consecução plena dos princípios deste projeto depende das escolhas e estratégias que os profissionais tomarão ao definirem e executarem suas ações, e essas escolhas demarcarão ou não, os compromissos ético-políticos profissionais.

Nesse sentido, considerando que o tipo de ação profissional se gesta, não exclusivamente, no campo da formação, ressalta-se que para que a totalidade da contribuição social dessa profissão, sua produção material e espiritual sejam alcançadas faz-se necessário uma formação profissional centrada na qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade. (GUERRA, 2010)

Nesse sentido Silva e Silva (1995) afirma:

(...) a formação profissional é entendida como processo dialético,



portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. Com esse entendimento, falar em formação profissional implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, procurando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional. (SILVA E SILVA, 1995. Pag. 73)

Em outras palavras, é necessário situar a profissão e sua construção dentro do processo dinâmico pelo qual a sociedade passa constantemente. Apenas dessa maneira, é possível analisar o contexto contemporâneo da formação profissional, bem como os avanços e desafios que existem na mesma, e que reverberam na atuação dos agentes profissionais.

Sobre o momento que o Projeto ético-Político enfrenta e sobre a relevância da formação profissional ser comprometida com este projeto os autores Teixeira e Braz (2009) escrevem que:

O projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação - onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto as ações profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009. p.197).

Assim, evidencia-se cada vez mais a importância da formação profissional ser calcada nas dimensões de trabalho estabelecidas após o movimento de Reconceituação e reformulação das Diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social dentro do processo de construção da profissão historicamente, numa perspectiva de melhor leitura e intervenção crítica na realidade social, mais especificamente nas expressões da questão social, e conseqüentemente num viés de resistência ao (neo)conservadorismo e defesa e consolidação do projeto ético-político da categoria.

### 3.3. Código de Ética Profissional de 1993

O Código de Ética Profissional (1993) do assistente social é considerado parte do processo de renovação profissional, pois possibilitou superar as debilidades dos Códigos anteriores, sem perder as conquistas já explicitadas nos mesmos.

Nos primórdios a ética dentro do serviço social era confundida e tratada como uma questão Moral<sup>4</sup>. Assim as intervenções desenvolvidas pelos profissionais, objetivavam efetivar o sistema da “manutenção da ordem”. Com ações de cunho puramente educativo, voltado para a ressocialização do indivíduo, e enquadramento do sujeito que por alguma forma estava fora da “ordem natural”. (YAZBECK et al, 2008)

Desta forma, eram estabelecidos valores que o assistente social deveria ter antes mesmo da formação<sup>5</sup>, e que seriam aprimorados durante a mesma com o estudo de disciplinas de Filosofia e Ética visando preparar o profissional para enfrentar os “desajustes” da sociedade. Tais preceitos ficam materializados no primeiro Código de Ética da Profissão (CEP) em 1947.

A partir da década de 1960 alguns setores sociais tentam romper com a moral conservadora da atual sociedade. Nesse movimento destacam-se as mulheres que lutam por certa autonomia, e a juventude que através de movimentos que se alastram por todo o mundo passa a questionar as ordens e limites que lhes são impostos através do atual sistema da manutenção natural da sociedade. Nesse contexto, o Código de Ética Profissional dos

---

<sup>4</sup>Para um melhor entendimento sobre o significado da Moral e Ética ver: “Bases Filosóficas para uma reflexão sobre a ética e serviço social” In Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis/BONETTI (org.)... 11 ed. – São Paulo, Cortez, 2010 pp 71-83.

<sup>5</sup> Na Escola de Serviço Social de São Paulo, no final na década de 1930, são requisitos para a admissão: a) ter dezoito anos completos e menos de 4; b) e apresentar referências de três pessoas idôneas e atestado de sanidade. (BARROCO,2010, p 93)

assistentes sociais de 1965 apesar de ter a mesma base filosófica tomista<sup>6</sup> do código anterior (1948) apresenta alguns fundamentos que sinalizam mudanças éticas nas intervenções desenvolvidas pelos profissionais.(BARROCO, 2010)

O Serviço Social que historicamente encontra o seu sentido na dinâmica da sociedade, somente na década de 1970 a partir da Teologia da Libertação e dos primeiros ensaios marxistas dentro da ética cristã, é que se observam os primeiros esforços da categoria em romper com as formas moralizantes de sua ação. No entanto, esse processo sofre uma estagnação durante o Período da Ditadura Militar, momento em que as ações fortaleciam o conservadorismo moralizador. No entanto, dentro do Serviço Social esse debate teórico se intensifica nas universidades sofrendo várias críticas por parte dos setores dominantes da categoria. (BARROCO, 2010)

Em 1975 com o avanço da imposição da ditadura surge um novo Código de Ética que reafirma as bases conservadoras do Serviço Social, pois defendia a imposição da Moral como a fonte para manutenção do equilíbrio da sociedade sendo um retrocesso aos debates e documentos produzidos em Araxá e Teresópolis<sup>7</sup>. (BARROCO, 2010)

Acompanhando a efervescência dos anos 1980 vivida em todo país em busca de novos parâmetros para uma sociedade mais justa e igualitária a categoria ganha um novo Código de Ética em 1986, que diferentemente dos códigos anteriores quebra com o moralismo conservador, e aponta para um compromisso ético-político junto às classes minoritárias. (BARROCO, 2010)

Com a aprovação da carta constituinte de 1988 (CF/88) asseguram-se os direitos básicos aos cidadãos e inicia-se uma “nova” democracia no Brasil. No entanto, os anos que se

---

<sup>6</sup> De acordo com BARROCO (2010) nesse momento da profissão, fortalecendo o humanismo cristão tradicional, identifica-se o (neo) tomismo, no sentido da pessoa humana ser estabelecida como centro, objeto e fim da vida social.

<sup>7</sup> Araxá e Teresópolis – considerados marcos de renovação do Serviço Social, visto que propõem em seus documentos mudanças a níveis “técnicos e teóricos que possibilitem à profissão adequar-se as novas demandas da autocracia burguesa”. (BARROCO, 2010).

seguem são decisivos para um repensar da ética em todo seu contexto, pois o país enfrenta grandes desafios com o processo de desresponsabilização do Estado frente à questão social, privatizações, altos índices de corrupção na política, e consecutivamente o aumento da pobreza. Todo esse contexto vai rebater no Serviço Social que dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, são chamados a refletir sobre sua intervenção principalmente no que diz respeito a ética. (BARROCO,2010)

Destarte, a questão da ética que tinha sido tratada de forma fragilizada pelo vigente Código de 1986, passa a ser debatida no interior da categoria que questiona o desmonte dos direitos sociais frente a implantação do Estado neoliberal. Após vários debates a cerca da ética profissional, realizados por todo país pela categoria, há a reelaboração de um novo Código de Ética em 1993 (CEP/93).

Nas palavras de Barroco (2010) esse Código de Ética “passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores”. (idem, p. 206).

Fundada na teoria social marxista a atuação profissional volta-se para o compromisso com o povo, desenvolvendo uma ação educativa para libertar e não para pôr em ordem o que está “desordenado”. Além disso, a exigência moral revela-se, agora, na necessidade de assumir um posicionamento frente à desigualdade, numa perspectiva de construção de uma nova moralidade profissional de superação do conservadorismo e uma cultura profissional democrática capaz de responder efetivamente aos desafios profissionais num contexto de sociedade capitalista e Estado neoliberal. (BARROCO, 2010)

O Código de Ética de 1993, vigente até os dias atuais, tem como princípios fundamentais:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CEP/93. p. 3)

São esses princípios que devem nortear tanto o fazer como a formação profissional do assistente social. Partindo do pressuposto de que o *dever ser* profissional se gesta no momento em que o assistente social se debruça sobre o papel social da profissão, e os valores éticos que deve-se assumir para que ele se concretize.

Esses princípios do vigente CEP direcionam a intervenção profissional para uma ética voltada para o humano-genérico, pois conforme Barroco (2010) “a ética marxista é apoiada na teoria da emancipação proletária marxiana”, mas para que de fato essa classe se liberte é necessário primeiro que a humanidade se liberte, é algo que requer superar as diferenças impostas pelo capitalismo na divisão de classes sociais. (BARROCO, 2010)

Assim, o CEP/93 ao contrário dos códigos de 1947, 1965 e 1975 que versavam sobre uma moral burguesa e diante do código de 1986 que garantia uma ação ética voltada para a classe proletária, o atual CEP inova em seus Princípios Fundamentais onde garante aos usuários um atendimento igualitário, sem distinção de classe, com ações democráticas e universalizantes.

Como um instrumento valorativo e normativo o CEP/93, explicita uma nova lógica da ética, não apenas interiorizada, mas que será ou não visualizada e materializada dentro das

ações desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social nos seus diversos campos de atuação. Ao estabelecer o Código de Ética como norte e fundamento no seu pensar e agir o assistente social está explicitando o seu compromisso societário fundamentado nos princípios do projeto profissional da categoria, Projeto Ético-Político, que prima pela construção de uma sociedade com valores de Igualdade, Liberdade, Democracia, Pluralismo, etc. como já foi citado neste trabalho.

Acerca desta relação entre a ética e o projeto profissional do Serviço Social de acordo com Barroco (2009)

o que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência como parte integrante do mesmo. (BARROCO, 2009. p. 176)

Essa consciência ética aliada à postura de pertencimento a um projeto construído historicamente fará diferença no processo de construção da identidade profissional, considerando que na atual conjuntura política da sociedade existem diversos projetos societários, que são contraditórios e por isso estão em constante tensão com o projeto sócio profissional do Serviço Social.

Assim, o estudo e a reflexão ética durante a formação profissional deve propiciar o fortalecimento da identidade profissional, no que diz respeito a conotação política da prática profissional do assistente social. Pois é necessário que o profissional tenha uma visão crítica que lhe possibilite compreender a totalidade social e os limites e possibilidades de sua ação, principalmente dentro de um Estado Neoliberal.

Os valores centrais aprendidos na formação profissional devem estar de acordo com os estabelecidos como inerentes à prática profissional, dado o significado social da profissão e os desafios que a mesma enfrenta na constante dinâmica da sociedade, viabilizando condições

para que o profissional seja capacitado para refletir sobre a perspectiva de uma ética pautada nos valores explicitados no vigente Código de Ética (93) considerando o movimento sócio-histórico que desencadeou o mesmo e as lutas da categoria para sua formulação. (BONETTI, 2010. Org.)

O CEP/93 traz quatro títulos que tratam dos direitos, deveres desempenhados pelos profissionais nos seus campos de trabalho, o modo de lidar com os usuários, com outros profissionais, com as instituições empregadoras bem como com outras instituições, e por fim traz as observações e punições para os profissionais que no exercício efetivo de suas ações não observarem o que preconiza o Código de Ética. (BONETTI, 2010. Org.)

No entanto, para além de normas e deveres o referido documento possibilita ao assistente social um direcionamento ético, orientador de escolhas, posicionamentos e julgamentos de valor que serão referenciais frente aos desafios profissionais, e suporte para superação dos projetos sociopolíticos na realidade social posta como campo de atuação do profissional do Serviço Social.

## **4. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UNIT– CAMPUS PROPRIÁ/SE**

### **4.1 Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil**

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988 que explicita o dever do Estado em garantir a universalidade de direitos sem nenhum tipo de distinção entre os cidadãos, o Brasil passa por intensas transformações que vão na contramão do que preconiza a Carta Magna. Alguns estudiosos chamam esse processo de transformações no modo de gestão estatal de contrarreforma do Estado. (CHAVES, 2010).

Conforme Costa (2006), a “reforma” proposta e efetivada no Brasil a partir da década de 1990, prima pela diminuição da ação do Estado na promoção de políticas públicas. Organismos Internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial já vinham difundindo essa ideologia na América Latina principalmente nos países em desenvolvimento sob os falsos argumentos de “melhorar a qualidade de vida dos pobres”, e de que a ação isolada do Estado era ineficiente para atender toda a demanda oriunda da classe trabalhadora.

O processo de contrarreforma no Brasil tem como conseqüências o desmonte dos direitos conquistados pela classe trabalhadora; a mercantilização dos direitos adquiridos; privatizações de grandes Estatais; reconfiguração do papel da sociedade civil; além do fetiche de que o privado é melhor que o público imposto pela ideologia do capitalismo monopolista.



É precisamente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que a proposta de Reforma do Estado passa a ser executada no Brasil, e a Sociedade, Mercado e Estado passam a ser corresponsáveis pela efetivação da política pública social. Esse processo de desresponsabilização do Estado frente à oferta dos serviços, principalmente nas áreas da educação e da saúde em que a demanda e consequentemente rentabilidade é maior.

No setor da educação o processo de contrarreforma do Estado é marcado por inúmeros conflitos entre entidades da sociedade civil que defendiam e lutavam pela democratização do ensino público de qualidade e gratuito, e os defensores da educação privatizada que buscavam legitimar as políticas neoliberais implantadas no país. (BRZEZINKI, 2005)

Nesse cenário o Ensino Superior Público encontra-se composto por alunos das classes média e alta, pois a demanda é muito maior do que a oferta de vagas e o processo de seleção não permitia que alunos oriundos das escolas públicas, devido ao sucateamento da educação básica pública, competissem igualmente com os alunos que vinham de escolas privadas. (COSTA, 2006).

Para conseguir atender a uma parte da demanda por educação superior e fortalecer o capitalismo, seguindo as orientações do Banco Mundial em que “democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, seja pública ou privada” (Guerra, 2010. p.724), o Estado apóia e incentiva as instituições de ensino privadas, enquanto as do ensino superior público são colocadas em segundo plano. (GUERRA, 2010)

Após vários embates e modificações de projetos de leis que normatizasse a educação, durante o governo FHC/1996, é aprovado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>8</sup> (LDB) que dá legitimidade a todo o processo de contrarreforma na Educação. Normatizando o ensino privado através das entidades particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, podendo essas instituições receber apoio e recursos financeiro público. (Art. 20, I a IV, LDB)

---

<sup>8</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

No que tange a expansão do ensino privado superior em seu art. 45º a LDB preconiza que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (Art. 45 LDB) e concede grande autonomia às instituições em seu art. 53º que se refere ao recebimento de subvenção entre outros recursos de instituições públicas e privadas, aumento ou diminuição de vaga de discente e contratação e dispensa com docentes.

Os anos que seguem pós/LDB são propícios para a expansão do ensino superior devido a grande procura para ingressar nessa modalidade de ensino, como também a flexibilidade para abertura de cursos e instituições. Conforme pode ser visualizados na tabela abaixo:

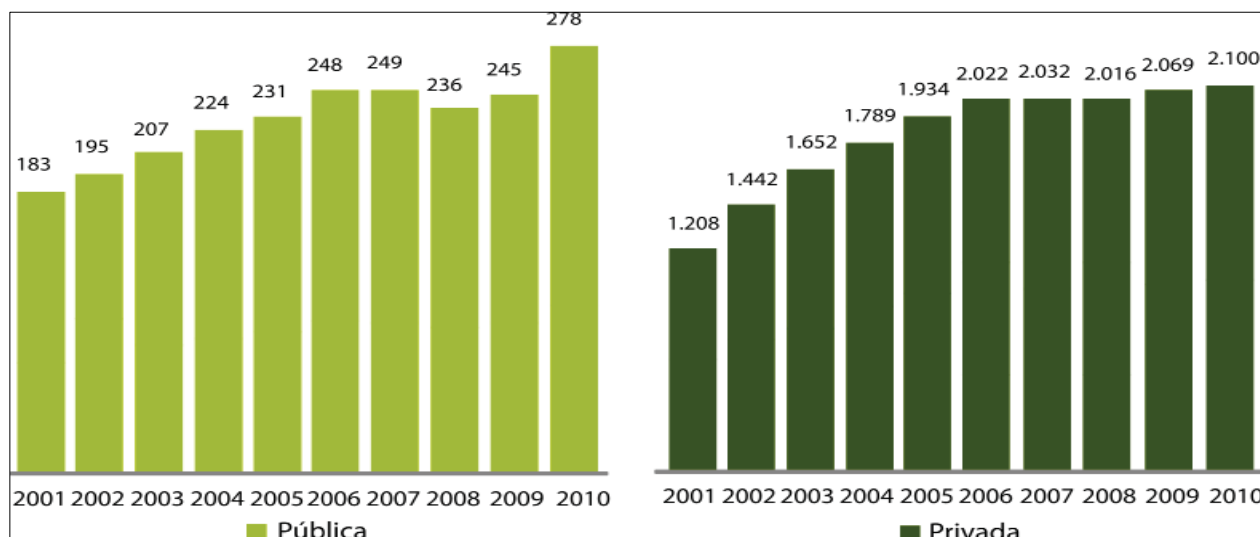
Evolução do Número de Cursos no Brasil de 1991 a 1999

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Numero de Cursos	4.908	5.081	5.280	5.562	6.252	6.644	6.132	6.950	8.878

**Tabela 1:** Evolução do Número de Cursos no Brasil de 1991 a 1999.

**Fonte:** MEC/INEP.

Conforme os dados do INEP há uma grande evolução no número de cursos na educação superior em todo o país, sendo que a oferta praticamente dobrou do início da década de 1990 até 1999. Ressalta-se, no entanto, segundo dados do censo de 2010 realizado e divulgado pela mesma fonte, o visível crescimento do ensino superior privado no país principalmente a partir dos anos 2000, conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 1:** Expansão do Ensino Superior no Brasil

**Fonte:** MEC/INEP, 2010.

O Gráfico 1 apresenta a expansão do ensino superior evidenciando que apesar do aumento considerável na esfera pública o mesmo não se equipara ao avanço numérico do ensino superior privado. Enquanto o ensino privado se expande, recebendo muitas formas de subsídios como inserção de taxas de impostos e incentivos públicos, a educação pública deixa a desejar sob o argumento de falta de receita para expandir o ensino de qualidade.

Assim, cresce a oferta e o número de ingresso nas instituições de ensino superior privadas em todo país. No entanto, esse processo que obedece a lógica do favorecimento ao capital monopolista, traz consequências desastrosas principalmente para a classe trabalhadora, que se vê “obrigada” a comprar um direito já conquistado constitucionalmente.

Nesse contexto de mercantilização do ensino superior, os docentes também sofrem com as novas configurações de trabalho, pois têm que enfrentar contratação temporária, falta de estrutura para desenvolver trabalhos, e isso reflete diretamente na qualidade do ensino, tornando-o fragmentado.

Durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, há uma intensificação da mercantilização do ensino superior, havendo inclusive a criação do Prouni<sup>9</sup> e do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior. Esses programas objetivam inserir alunos, de escolas públicas e sem condições de pagar pelo serviço ofertado de educação, em instituições privadas que aderem a esses programas e recebem isenções e privilégios fiscais por parte do Estado. (GUERRA, 2010)

Da década de 1990 até os dias atuais a educação tem seguido as metas internacionais com relação ao aumento do acesso ao ensino superior em todo o país. No entanto, a qualidade dessa formação tem sido comprometida, pois nos deparamos com instituições que exercem o papel de capacitar para a mão de obra, obedecendo a lógica do mercado, oferecendo uma formação aligeirada que deixa a margem a produção de pesquisa e extensão, pontos fundantes de uma formação universitária crítica e de qualidade, capaz de contribuir para a transformação social.

Nessa conjuntura afirma-se que a privatização da educação no Brasil afeta diretamente a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais. Segundo documento manifesto pelo CFESS, no dia 15 de Maio de 2012:

“de acordo com dados do artigo *Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social*, publicado em 2009 pela professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Larissa Dahmer, de 332 cursos existentes, mais de 205 (61,7%) foram autorizados a funcionar entre os anos de 2003 e 2009, sendo 91,7% de natureza privada. Segundo o documento, ao se analisar a oferta de vagas nos 332 cursos de Serviço Social existentes no país, é possível verificar que a participação da modalidade educação a distância atinge mais de 50%. Outro aspecto que revela o interesse empresarial no curso de Serviço Social é a natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes de vagas na modalidade de Ensino à Distância (EaD): das onze IES que oferecem cursos nesta modalidade, dez são de natureza privada.” (CFESS MANIFESTA, 2012. p. 2)

---

<sup>9</sup>O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. (Portal do MEC).

Esses dados evidenciam um impacto na formação dos novos assistentes sociais, principalmente com a modalidade de Ensino a Distância (EaD), que segundo o conjunto organizativo da categoria dos assistentes sociais (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) fere os princípios e diretrizes estabelecidos nas Diretrizes Curriculares/96, trazendo modificações no mercado de trabalho e desafios para consolidação do projeto profissional da categoria.

## 4.2 Expansão do Ensino superior na Universidade Tiradentes- Campus Propriá/SE

Exemplificando a expansão da educação privada, a Sociedade de Educação Tiradentes S/S LTDA com a missão de “transformar e desenvolver a sociedade através da excelência dos serviços relacionados à Educação, proporcionando a formação integral e continuada do cidadão” (PPC/2012)<sup>10</sup>, iniciou sua trajetória no âmbito da educação privada em 1962, ofertando Ensino Fundamental e Médio – Profissionalizante, Pedagógico e Contabilidade – no então, Colégio Tiradentes.

Posteriormente, em 1972, recebeu autorização do Ministério da Educação e do Desporto para ofertar os cursos de Graduação em Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas, passando a ser conhecida como Faculdades Integradas Tiradentes (FIT's). Em 1994, dando um importante passo na sua trajetória, a Instituição é reconhecida como Universidade, através da Portaria Ministerial nº 1.274, publicada através do Diário Oficial da União nº 164, em 26 de agosto de 1994, passando a se denominar Universidade Tiradentes – Unit.

Nesse momento, a Unit amplia o número de cursos ofertados e a infraestrutura da Instituição, em 2000 através da (Portaria nº 2253/MEC/2003) há uma ampliação da Educação a Distância em pólos no interior do Estado. Como também na implantação de campi em Estância, Itabaiana e Propriá.

---

<sup>10</sup>Projeto Pedagógico do Curso (PPC) –“explicita o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais tais como objetivos, perfil profissional do egresso, metodologia, estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos.” (PPC 2012.p. 6)

A escolha da cidade de Propriá para a implantação de um campus da UNIT e consequentemente do Curso de Serviço Social justifica-se por ser considerada uma cidade pólo na região do Baixo São Francisco e como também pelo apoio recebido por parte do governo municipal. O Curso de Serviço Social ofertado neste município objetiva atender toda a região, formando profissionais conhecedores das peculiaridades locais que possam atender as novas e antigas demandas da sua própria localidade.

O curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes/campus Propriá foi autorizado através da Resolução do CONSAD nº 07/06 de 28 de março de 2006. Tendo sua primeira turma implantada em 2007.

Quando o curso de Serviço Social foi inaugurado no Campus Propriá da Universidade Tiradentes, no ano de 2007, iniciou com 3 (três) turmas e desde essa data graduou 12 (doze) turmas em Serviço Social, totalizando 159 (cento e cinquenta e nove) alunos graduados e titulados como Bacharéis em Serviço Social pela Universidade Tiradentes<sup>11</sup>.

O Campus de Propriá/SE possui no semestre de 2012.1, período da realização desta pesquisa, 07 (sete) turmas com o total de 221 discentes e 31 docentes, sendo 10 Especialistas, 16 Mestres e 5 Doutores . São ofertadas 60 vagas por semestre nesse curso, que possui habilitação em bacharelado em Serviço Social, no turno noturno e em modalidade presencial com carga horária de 3240 horas, conforme as recomendações nas Diretrizes Curriculares e obedecendo ao Parecer nº 462/82 do CFE/MEC.

---

<sup>11</sup>Dados coletados através da análise de documentos da instituição, cedidos pela coordenação do curso de Serviço Social e pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos.

### 4.3 A formação do Assistente Social na Unit-Campus Propriá/SE de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social/96

O curso de Serviço Social na Unit-Propriá/SE existe desde 2007, sendo que muitos são os avanços e desafios estruturais e metodológicos no decorrer desses 5 (cinco) anos de curso. Entre os avanços estruturais destacam-se o aumento do acervo bibliográfico específico para o Serviço Social ou interdisciplinar, as melhorias no acesso aos recursos da biblioteca; construção do auditório, espaço de debates e eventos locais possibilitando socialização de conhecimentos de diversas áreas; implementação do Centro de Atendimento Estudos e Pesquisa em Serviço Social (CAEPSS), espaço onde são realizados atendimentos a população, e são desenvolvidos estudos, projetos de extensão e de pesquisa.

Não obstante, é válido ressaltar que atendendo a diretrizes institucionais e a resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) o curso de Serviço Social, após encontros com o corpo docente e instâncias consultivas e deliberativas, passou por uma reestruturação curricular que objetivou contemplar os eixos de formação através de disciplinas universais, nucleares e específicas. Essa reestruturação ampliou o curso, a partir de 2010.1, para 8 (oito) períodos, e incluiu Práticas Investigativas e Extensionistas na grade curricular, além de enfatizar o estudo das legislações sociais nos processos de trabalho do assistente social; e a interdisciplinaridade dos componentes dos núcleos de fundamentos do ser social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. (PPC, 2012)

Atualmente o curso possui carga total de 3240 horas estando distribuídas desta forma: Carga Horária Teórica: 2.600 horas; Carga Horária Prática: 40 horas; Estágio Supervisionado: 400 horas; disciplinas optativas: 80 horas; Trabalho de Conclusão de Curso: 40 horas; Atividades Complementares: 200 horas (PPC, 2012.p. 65)



Considerando que os princípios das diretrizes curriculares objetivam a *capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa* para a

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (DIRETRIZES CURRICULARES/96. P. 7)

A organização curricular do referido curso de acordo com o PPC/2012

adota os princípios da não-especialização, da interdisciplinaridade e da flexibilidade na formação profissional por meio de componentes curriculares, cujas unidades programáticas contemplam a formação geral, a formação específica (básica e própria da profissão) e a formação complementar. (PPC, 2012. p. 26)

Numa perspectiva de sistematizar e complementar os conteúdos, ações saberes, e competências dentro das unidades programáticas e disciplinas são organizados os Eixos Estruturantes (Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas profissionais) para concretização da formação profissional em Serviço Social no curso oferecido na Unit/Propriá. (PPC, 2012)

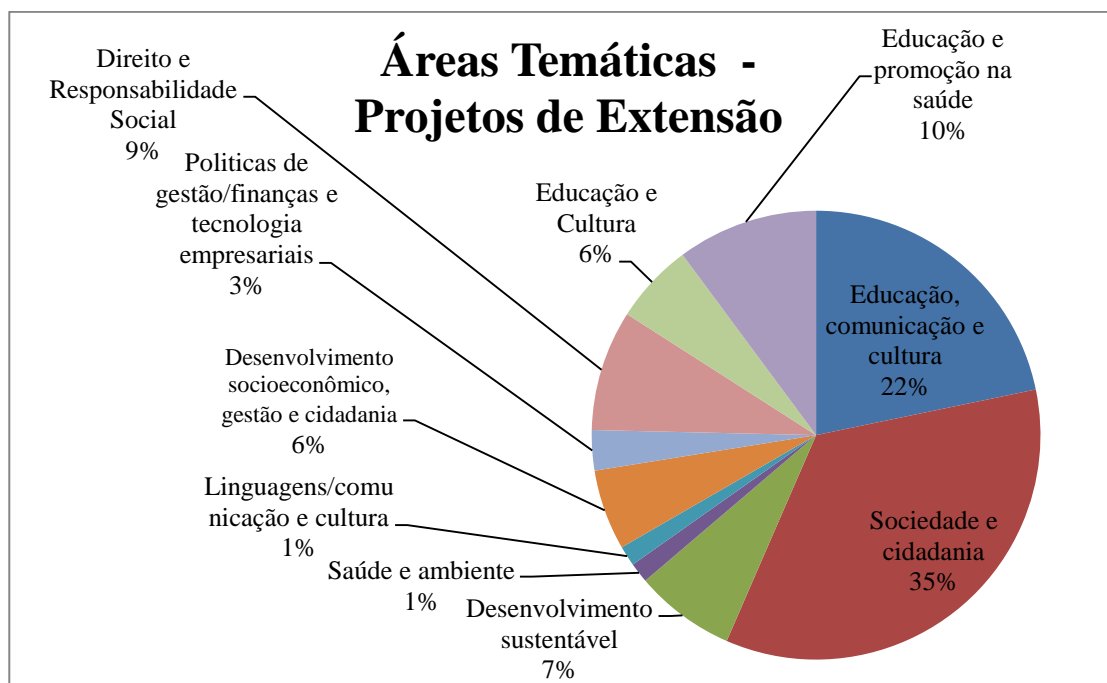
Num viés de atualização e fortalecimento da profissão e obedecendo as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social ao estabelecer que:

Na definição dos currículos plenos deve se destinar parte da carga horária total para atividades complementares podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso; (DIRETRIZES CURRICULARES/96. Observações e recomendações. p. 24)

Os estudantes de Serviço Social da Unit/Propriá podem participar durante a formação profissional da monitoria voluntária ou remunerada com 12 ou 16 horas de carga horária semanais, além de eventos específicos do curso ou complementares, entre eles estão a Semana do Assistente Social, Curta as Mulheres, a Semana de Pesquisa (SEMPESQ), a Semana de Extensão (SEMEX). Além de eventos e projetos organizados pelos próprios estudantes como atividades complementares das disciplinas, como é o caso de Práticas Extensionistas que tem como objetivos

- Instituir a prática cotidiana de extensão e possibilitar a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social.
  - Contribuir para a promoção de extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas nas instituições.
- (PPC 2012. Ementa da disciplina Práticas Extensionistas. Objetivos. P. 149)

Considerando a relevância da extensão para concretização da totalidade da formação profissional, a seguir veremos alguns dados sobre os projetos de extensão desenvolvidos na Unit Campus Propriá através do curso de Serviço Social, conforme Gráfico2:



**Gráfico2:** Áreas Temáticas dos Projetos de Extensão desenvolvidos entre 2007 e 2012.1.

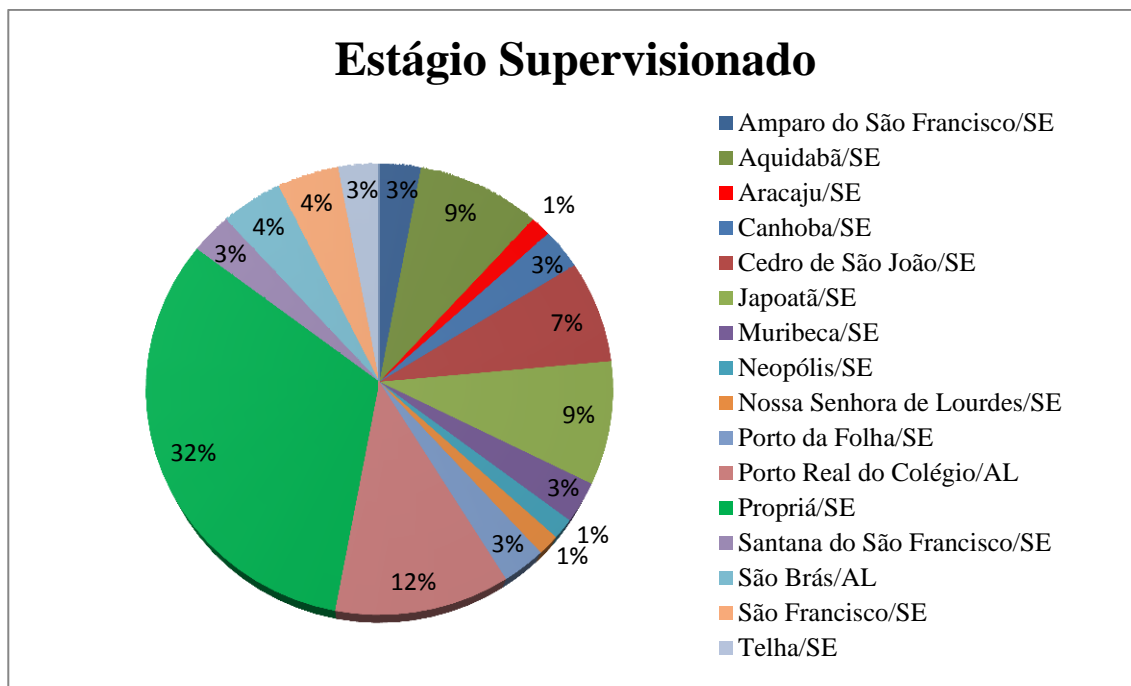
**Fonte:** Dados coletados em documentos da UNIT/Propriá, em 02/04/2012.

O Gráfico 2 apresenta as áreas temáticas dos projetos de extensão desenvolvidos na Universidade Tiradentes Campus Propriá através do curso de Serviço Social. Os dados mostram que as áreas de Sociedade e Cidadania (35%); Educação, Comunicação e Cultura (22%) são as mais trabalhadas através da extensão. Aparecem outras áreas no gráfico, no entanto, ressalta-se que muitos desses projetos são multitemáticos, ou seja, apresentam áreas que se complementam e inter cruzam no que diz respeito aos objetivos e proposta do projeto desenvolvido.

A prática extensionista possibilita que o discente pesquise, analise, trace estratégias e interfira na realidade encontrada na ocasião da extensão ainda na graduação. Assim, afirma-se que a realização dessas atividades durante a formação profissional confere consistência e experiência para o exercício profissional posteriormente.

No que diz respeito ao momento de estágio supervisionado do qual participam os graduandos em Serviço Social da Unit, destaca-se que o mesmo possui carga horária de 432 horas (Estágio Supervisionado I e II) atendendo ao que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares que afirma que “o estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso (2700 horas)”. (DIRETRIZES CURRICULARES/96. Observações e recomendações. P. 24)

O estágio supervisionado na sua maioria é realizado na própria região sergipana, possibilitando intervenções na realidade local e troca de conhecimentos entre os profissionais alocados nas instituições e os futuros assistentes sociais formados através do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – Campus Propriá/SE. Conforme o Gráfico 3 abaixo:



**Gráfico3:** Quantitativo de Estágios Supervisionados por cidade.

**Fonte:** Dados coletados em documentos da UNIT/Propriá, em 02/04/2012.

Como se pode perceber a realização dos Estágios Supervisionados, parte obrigatória dentro da formação do Assistente Social, aconteceu em sua maioria na cidade de Propriá com o percentual de 32%. Sendo que as cidades de Aquidabã e Japoatã ficaram em segundo lugar, recebendo um total de 9% dos estagiários. Outras cidades do Baixo São Francisco/SE, e do Estado de Alagoas como também as cidades do alto sertão e até a capital Aracaju/SE, foram contemplados na inserção dos estagiários oriundos do campus da UNIT de Propriá.

A inserção dos estagiários nos diversos espaços sócios ocupacionais, das referidas cidades, ao tempo em que o permite ao graduando a vivência da relação direta entre teoria-prática, contribui de forma efetiva para mudanças no trato das expressões da questão social. Pois os discentes no primeiro momento devem ler a realidade e posteriormente elaborar e desenvolver um projeto de intervenção dando respostas às demandas postas, fazendo uma articulação entre pesquisa e intervenção profissional.

Faz-se necessário ressaltar que o processo de Estágio Supervisionado deve ser norteado pela Política Nacional de Estágio (PNE) que também é fruto de uma construção

coletiva da categoria, sendo mais um instrumento para garantir a qualidade na formação do assistente social. Logo que com sucateamento do Ensino Superior aliado com flexibilização do trabalho, o Estágio Supervisionado de Serviço Social pode deixar de ser parte da formação e torna-se oportunidade de mão de obra barata.

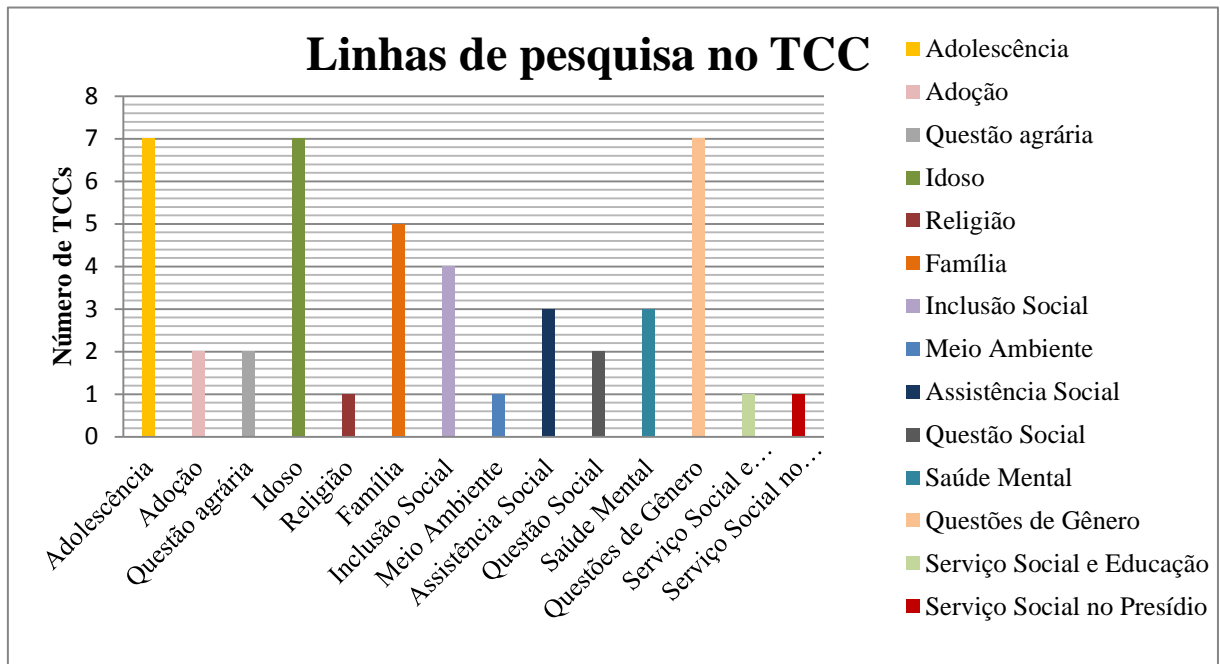
Por isso a PNE (2010) normatiza o processo de estágio supervisionado nas modalidades de obrigatória e não-obrigatória para que esse seja de fato um momento de aprendizagem não só da prática profissional, mas que possibilite

[...] experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica[...] (PNE, 2010. p. 11)

Sendo assim o Estágio deve propiciar ao discente um momento para reflexão da teoria e da prática através da observação, treinamento e investigação, de maneira que possibilite a construção de postura crítica voltada para o pluralismo conforme princípio do Projeto Ético Político da categoria.

Juntamente com o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em serviço social, e na UNIT- Campus/Propriá as linhas de pesquisas até então podem ser divididas conforme o

Gráfico4:



**Gráfico4:** Linhas de pesquisa mais utilizados no TCC.

**Fonte:** Dados coletados em documentos da UNIT/Propriá, em 02/04/2012.

O Gráfico4 demonstra que o número de estudos voltados para a Adolescência, para Idosos e Questões de Gênero têm sido as principais linhas de pesquisa, seguidas por outros temas que estão em evidência na contemporaneidade como família, inclusão social, saúde mental entre outros. É evidente que em alguns TCCs essas linhas se relacionam interdisciplinarmente. Porém, percebe-se a ausência de estudos e pesquisas no que concerne à formação do assistente social, Movimento de Reconceituação e Projeto Ético Político da profissão.

A contribuição desses trabalhos desenvolvidos pelos graduandos para a cidade de Propriá e para a região do Baixo São Francisco acontece ao tempo que os eixos da pesquisa tem como lócus de estudo das expressões da questão social nos CRASS, CREASS, CAP'S, Hospitais, Casa-Lar, Escolas, entre outras instituições públicas e privadas da região.

No entanto, mesmo diante das contribuições possibilitadas pelo acesso a educação privada, faz-se necessário enfatizar que essa mercantilização da educação impõe a

necessidade de um olhar crítico dentro dos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social, que nessa conjuntura defende o acesso a ensino público e de qualidade, e o contexto neoliberal legitima o modo de ser burguês e ao disseminar uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social, da alienação e desumanidade nas relações sociais.

O projeto profissional enfatiza ainda que a formação dos assistentes sociais deve ser a partir do método crítico-dialético, e o processo de mercantilização do ensino superior na atual conjuntura pode afetar a qualidade da formação do assistente social, que obedecendo a lógica do mercado e dos mecanismos internacionais estima-se por números ficando a qualidade do ensino em segundo plano, podendo torna-se uma formação acrítica e de forma fragmentada em que o profissional não seja capaz de compreender o que está posto na realidade. (SILVA, 2010)

Assim, a formação profissional deve ser fundada na produção de conhecimento e complementada pelo ensino, pesquisa e extensão. A mesma deve estar compromissada em formar um profissional crítico capaz de ler a realidade, para além das aparências, dando respostas concretas para as demandas implícitas e explícitas. Além disso, ela deve propiciar uma reflexão pautada no Projeto Ético Político, numa perspectiva de estar voltada para a libertação do humano-genérico de acordo com o projeto de sociedade construído historicamente pela profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta monografia se faz necessário refletir sobre os resultados obtidos através do aprofundamento teórico acerca dos fundamentos do Serviço Social e diante dos desafios postos para essa categoria no âmbito da formação profissional. Esses desafios estão diretamente relacionados ao cenário de expansão do ensino superior privado numa conjuntura de mercantilização da educação e postura radical do Estado Neoliberal.

O Serviço Social é fruto da dinâmica histórica da sociedade, e do antagonismo existente entre as classes sociais, e são nessas condições de relações sociais contraditórias que a profissão ganha o seu significado social. A mesma é uma construção de várias gerações de assistentes sociais, e no Brasil as primeiras turmas de assistentes sociais formaram-se em 1936 na primeira Escola de Serviço Social em São Paulo.

A história conferiu tensões e amadurecimento para a profissão que a partir dos primeiros ensaios com a teoria social de Karl Marx foi impulsionada à tentativa de ler criticamente a realidade social e refletir sobre os limites e possibilidades das ações que desenvolviam. Dessa reflexão nasce o Currículo Mínimo de 1982, que direciona a formação em Serviço Social em todo o Brasil.

Formação profissional que precisou ser revista diante da necessidade de compor um projeto profissional que conformasse com a direção social da profissão em contextos de mudanças sociais, econômicas e políticas constantes. Nesse sentido, destaca-se a elaboração do Código de Ética Profissional em 1993 e a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social em 1996, conquistas coletivas que fundamentam, através de seus valores e normas, o Projeto Ético Político do Serviço Social.



O Projeto Ético Político da categoria representa a intenção de romper com as bases conservadoras oriundas da gênese da profissão. Os fundamentos conservadores não são mais, ou talvez nunca foram, adequadas para subsidiar o pensar e o agir deste profissional frente as novas expressões da questão social; responsabilização da sociedade civil; redução da intervenção do Estado; desvalorização do humano e suas necessidades, e valorização do mercado e sua avassaladora capacidade de transformar tudo em mercadoria.

Nesse sentido, o Código de Ética/93, as Diretrizes Curriculares/96, e o Projeto Ético Político, construídos historicamente em meio a embates, apontam para a construção de uma nova ordem societária fundamentada em princípios de liberdade, equidade, justiça social, emancipação e democracia. Logo, a formação profissional deve proporcionar apreensão crítica da realidade histórica, das demandas para o Serviço Social, do significado social da profissão e da necessidade de cumprir no exercício profissional as competências e contribuições previstas nas legislações.

Conforme analisado nesta pesquisa, o ensino superior tem sido fragmentado e precarizado devido ao alargamento do neoliberalismo estatal que repercute em pequenos investimentos no público e enormes isenções e incentivos dados pelo Estado ao setor da educação privada. Este trabalho reuniu as evidências de que esse processo causa impactos na formação do assistente social, principalmente no âmbito privado, que oferta uma formação aligeirada, acrítica, rasa e com interpretações esvaziadas da matriz teórica do curso.

Assim, diante deste quadro, destaca-se o urgente desafio de, mesmo no contexto de ensino superior privado, concentrar esforços direcionados para o fortalecimento do Projeto Ético Político do Serviço Social. Isso pode ser alcançado através do ensino comprometido com as bases teóricas profissionais, e da realização da pesquisa e extensão alicerçadas nos fundamentos da profissão, desde os primeiros momentos dentro da academia, possibilitando que os discentes consigam desconstruir o ideário conservador sobre o que é o Serviço Social,

e construir uma identidade profissional desmistificada, que esteja de acordo com as bases da profissão construídas contemporaneamente.

Além disso, este trabalho aponta a necessidade de maior articulação entre a pesquisa, como momento que antecede a intervenção, e o ensino teórico, num movimento de recusa a mera prática institucional e execução de atividades de caráter prático. É interessante que essa formação dote o discente das dimensões de trabalho teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de maneira que o profissional ao término de sua graduação esteja apto para responder criticamente a realidade que é contraditória e fetichizada.

Em relação ao curso de Serviço Social da Unit-Propriá/SE, numa análise, teórica, da disposição das matérias e do contexto geral, é possível perceber que o mesmo obedece aos direcionamentos construídos historicamente pela categoria e expressados nas Diretrizes Curriculares de 1996. No entanto, numa perspectiva de esclarecimento, faz-se necessário ressaltar que esta pesquisa não teve como objetivo provar se na prática o curso de Serviço Social está se efetivando ou não de acordo com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social/96, mas buscou fazer uma análise teórica comparativa da estrutura curricular do curso e a efetivação das diretrizes curriculares para organização da mesma, situando o Serviço Social da Universidade Tiradentes Campus Propriá no contexto de expansão do ensino privado e decorrentes conseqüências para a formação profissional inserida nesse processo.

Finalmente, sugere-se o aprofundamento deste estudo sobre a formação do assistente social na Universidade Tiradentes Campus Propriá considerando a complexidade do tema e possibilidades de estudos relacionados à inserção dos graduados no mercado de trabalho; perfil profissional dos egressos e dos discentes em Serviço Social desta Universidade. A presente monografia interessa aos estudiosos sobre formação profissional e a todos que compõem o Serviço Social da Universidade Tiradentes.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembléia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. CEDEPSS. **Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, Novembro de 1996.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- BONETTI, A. Dilséa. (org.)... [et. al.] **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 11 Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- BOSCHETTI, I. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 79, p. 108-132, 2004.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais** - Aprovado em 15 de Março de 1993.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993 – **Regulamentação da Profissão** - Serviço Social.
- CHAVES, Vera Lucia Jacob, **Expansão da Privatização/ Mercantilização do Ensino Brasileiro: A formação dos Oligopólios**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do estado capitalista: Uma análise sobre a reforma do Estado do Brasil**. Ponta Grossa: UEPG: São Paulo: Cortez. 2006
- KONNO, Cristiane Carla. **A Formação Profissional na Consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social**. Unioeste – Campus de Cascavel, 2005.
- GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado, e a distância**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo. n. 104, p 715-736 - ANO 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 27ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_ **Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social.** 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_ **O Serviço Social na cena contemporânea.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Pós- Graduação- CFESS, 2010.

\_\_\_\_\_ **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4º Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

MEC. **Portal do Ministério da Educação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>, em 03/05/2012 às 10:02h.

MONTAÑO, Carlos **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, “a especificidade” e sua reprodução. 2ª. Ed.; São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: CFESS/ ABEPSS; CEAD/UNB(Org.) Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

\_\_\_\_\_ **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **A formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.** 2ª ed. , São Paulo: Cortez, 1995. 128.

\_\_\_\_\_ **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** Cap. I. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ricardo Silvestre da S. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista.** Ano 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300002)> Acessado em: 12/02/2012

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira.** Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo: CRESS, 2004.

\_\_\_\_\_ **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_ MARTINELLI, Maria Lúcia; RACHELIS, Raquel. **O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos.** Serviço Social & Sociedade, n 95 – ANO XXIX – 2008.